



**LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
FACULDADE NATALENSE PARA O DESENVOLVIMENTO DO
RIO GRANDE DO NORTE**

**ADOÇÃO ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE (IFRS): DESAFIOS
E PERSPECTIVAS PARA OS PROFISSIONAIS CONTÁBEIS**

Lyana Glecia G. Melo , *Autora*
Joana D´arc M. Martins, *Orientadora*

RESUMO

Esse artigo tenciona demonstrar os principais efeitos da adoção das Normas Internacionais nas empresas brasileiras. Assim, o estudo tem como objetivo principal fazer uma análise sobre os desafios e as perspectivas para os profissionais contábeis em relação à adoção do Brasil às normas internacionais de contabilidade. A Contabilidade é uma ciência social que tem por finalidade auxiliar o usuário com informações relevantes, úteis e em tempo hábil, as quais serão utilizadas para controle, planejamento, avaliação e tomada de decisão. Neste modo, a adoção de uma linguagem comum entre as nações é capaz de produzir benefícios concretos quando da tomada de decisão por parte dos usuários, pois as demonstrações contêm esferas análises, de natureza econômica, financeira, física e de produtividade. No Brasil, o processo de convergência tem na criação do CPC (comitê de Pronunciamentos Contábeis), por meio da

Resolução 1.055/05, o seu principal macro, sendo que o modelo adotado é o mesmo estabelecido pelo IASB por meio das IFRS. O CPC é um comitê formado por entidades ligadas ao mercado de capitais para possibilitar uma uniformização de regras contábeis de modo a permitir o alcance dos objetivos da contabilidade e, tal como IASB não tem poderes para impor suas normas localmente, mas destaca-se como condutor da elaboração e divulgação das Normas Brasileiras de Contabilidade. Para atingir o objetivo proposto, a metodologia utilizada foi bibliográfica, documental e descritiva. A análise de resultados demonstrou que as mudanças ocorridas na legislação societária brasileira, irão criar uma série de oportunidades no mercado de trabalho e conseqüentemente para a aplicação das normas, os desafios que apontam a literatura para os profissionais são em relação à educação continuada que exige para os profissionais de contabilidade.

Palavras-Chave: Normas Internacionais. Demonstrações. Usuários. Empresas Brasileiras.

ABSTRACT

This article intends to demonstrate the main effects of the adoption of International Standards on Brazilian companies. Thus, the study's main objective is to analyze the challenges and prospects for accounting professionals in relation to the adoption of Brazil to international accounting standards. Accounting is a social science that aims to help users with relevant, useful and timely, which will be used for control, planning, evaluation and decision making. In this mode, the adoption of a common language between nations is able to deliver tangible benefits when making any decision on the part of users, because the statements contain spheres analysis of an economic, financial, physical and productivity. In Brazil, the convergence process is the creation of the CPC (Accounting Pronouncements Committee), through Resolution 1.055/05, the main macro, and the model adopted is the same as established by the IASB through IFRS. The CPC is a committee formed by affiliates of the capital market to enable a standardization of accounting rules to allow the achievement of the objectives of accounting and, as the IASB has no power to impose their standards locally, but stands out as a driver the production and dissemination of Brazilian Accounting Standards. To reach that goal, the methodology was bibliographical, documentary and descriptive. The analysis results showed that changes in the Brazilian corporate law, will create a number of opportunities in the labor market and therefore the application of standards, the challenges that point to the professional literature is in relation to requiring continuing education for the accounting profession.

Keywords: International Standards. Demonstrations. Usuários. Empresas Brazilian

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade vem nos últimos anos se intensificando nas tomadas de decisões, no que tange ao desenvolvimento do SPED (sistema público de escrituração digital) e também das IFRS (normas internacionais de contabilidade). O objetivo primordial é manter a modernização e unificação da ótica contábil a nível mundial tendo em vista o desenvolvimento geral nas tomadas de decisões em termos de melhoramento do sistema contábil.

O Brasil não poderia se excluir desse processo, visto que o mundo todo falará nos próximos anos uma linguagem contábil universal. Porém para poder iniciar sua adaptação às normas internacionais, foi mandatário de um ato legislativo, sancionado e aprovado pelo estado. Surgiu assim, em 2000, o Projeto de Lei nº 3.741, promulgado sete anos depois, através da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e formulando algumas práticas contábeis contidas na Lei das Sociedades por Ações, a de nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Com a nova legislação das normas internacionais a contabilidade brasileira busca o enquadramento às IFRS, adotado nos principais mercados de valores, busca-se interagir da forma que se convém do andamento das práticas contábeis na convergência mundial.

O objetivo do estudo é fazer uma análise sobre os desafios e as perspectivas para os profissionais contábeis em relação à adoção do Brasil às normas internacionais de contabilidade.

Para atingir o objetivo, o método científico de acordo com Beuren (p.30, 2006) “é um traço característico da ciência aplicada, explica que ele conduz a uma reflexão crítica e consistente...”. Como método científico de pesquisa se classifica como bibliográfica, descritiva, seguida de um estudo de caso.

Pesquisa bibliográfica para (para Cervo e Bervian apud BEUREN, 2006, p.86) “pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Ambos os casos buscam conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existente sobre um determinado assunto, tema ou problema”.

Neste sentido, analisa diversas informações, para que se tenham fontes de qualidades e conhecimentos sobre o assunto do trabalho que está sendo desenvolvido.

De acordo com Beuren, 2006, p.86, o estudo bibliográfico é um tipo de pesquisa que:

Constitui parte da pesquisa descritiva ou experimental, quando objetiva recolher informações e conhecimentos prévios acerca de um problema para o qual se procura resposta ou acerca de uma hipótese que se quer experimentar. Por ser de natureza teórica, a pesquisa bibliográfica é parte obrigatória, da mesma forma como em outros tipos de pesquisa, haja vista que é por meio dela que tomamos conhecimento sobre a produção científica existente.

A pesquisa também se classifica como descritiva, de acordo com Gil apud Beuren (2006, p.81), “tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis. Uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados”.

O estudo está estruturado em quatro capítulos, onde o primeiro aborda a introdução do tema, justificativa, objetivo e metodologia. No segundo capítulo o referencial teórico seguido do terceiro capítulo com as análises de resultados. O quarto capítulo faz um fechamento do trabalho com as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Normas Internacionais de Contabilidade

No final dos anos 90, começou a especulação sobre as normas internacionais tendo em vista a preocupação de expandir o interesse de aprimorar ainda mais o mecanismo de crescimento dessa ciência social aplicada que conhecemos como contabilidade. Há uma grande preocupação que nos estudos das IFRS, a adaptação no sistema contábil de um país para outro é mero contraste em decorrência das políticas. Desde 2005, as Normas Internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS) emitidas pelo comitê Internacional de Padrões Contábeis (International Accounting Standards Board – IASB) vêm sendo adotadas por vários países da Europa (por exemplo, todas as companhias listadas em bolsas de valores das 25 países membro da União Europeia são obrigadas a elaborar suas demonstrações contábeis segundo as normas internacionais). Com previsão de

acolhimento, nos próximos anos, na parte de outros importantes nações (por exemplo, Canadá em 2011 e os EUA em 2014).

De acordo com Saderstram (2007), o aprimoramento do ambiente de informação, em decorrência da adoção das IFRS, está associado a pelo menos dois fatores:

1) A melhoria baseia-se na premissa de que a mudança para as IFRS constitui uma alteração de princípios contábeis que induz à maior qualidade de relatórios financeiros. Evidências surgem que empresas as IFRS têm menos EARNINGS MANAGEMENT, mais reconhecimento oportuno de perdas e mais VALUE RELEVANCE do lucro contábil (BARTH, LANDSMAN E LANG, 2006).

2) O arcabouço legal influencia o sistema financeiro dos países. O sistema de contabilidade é um componente complementar do sistema Institucional global do país e é determinado por meio dos incentivos que as empresas recebem para divulgação de informações financeiras.

O processo de adoção do IFRS para PMEs no Brasil teve início com a publicação da Resolução CFC n.º 1.255, de 10 de dezembro de 2009, que aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica (NBCT) – contabilidade para pequenas e médias empresas, com vigência a partir dos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010.

Essa Norma se aplica às demonstrações contábeis para fins gerais de empresas de pequeno e de médio porte, segmentos compostos por sociedades fechadas e por empresas que não tem obrigação pública de prestação de contas. Essas demonstrações destinam-se a usuários externos, incluindo-se, dentre outros, proprietários que não estão envolvidos na administração do negócio, credores existentes e potenciais e agências de avaliação de crédito.

No universo brasileiro de aproximadamente seis milhões de empresas – entre micros, pequenas e médias, as demonstrações contábeis preparadas de acordo com o IFRS para PMEs objetiva evidenciar de forma transparente informações sobre a posição financeira, o desempenho e os fluxos de caixa dessas entidades. Esses dados são úteis, especialmente, a um amplo número de usuários que não estão em posição de solicitar relatórios adaptados para atender às suas necessidades particulares de informação.

O objetivo das atuais normas internacionais de contabilidade é, essencialmente, orientado para o futuro, com o fim de auxiliar os investidores e outras partes interessadas em suas decisões. Dessa forma, alguns princípios ficam de fora tais como o do conservadorismo,

pois não rege as IFRS. O que se espera das demonstrações financeiras, à luz das IFRS, é que sejam compreensíveis, relevantes, confiáveis e comparáveis, mas sem um invés conservador (HELLMAN, 2008).

No Brasil, a promulgação da Lei nº 11.638/07 tem ocasionado modificações substanciais nas práticas e nos padrões contábeis em uso no país, especialmente no que se refere à avaliação de itens patrimoniais e reestruturação do grupo patrimônio líquido, dando ênfase à essência sobre a forma e ao conceito de valor justo, visando espelhar a realidade econômica das entidades e do seu patrimônio, demonstrando-o a valor mais próximo do mercado. Tais mudanças estão permitindo o alinhamento das normas e práticas contábeis adotada às Normas Internacionais.

Com o objetivo de estimular o fluxo de capital entre os países membros da União Européia, o parlamento Europeu, por meio do regulamento 1.606/2002, a adoção das Normas Contábeis Internacionais conhecidas como International Financial Reporting Accounting Standards Board (IASB), a partir do exercício final de 2005 para as demonstrações consolidadas (EUROPEAN UNION PARLIAMENT, 2002).

Antunes, Antunes e Penteado (2007) afirmam que, a adoção de normas internacionais de contabilidade pelas empresas mundiais está associadas a benefícios econômicos concretos na forma de atração de maior volume de investimentos, uma vez que o processo de globalização trouxe para o primeiro plano a demanda por informações contábeis confiáveis para suportar a variedade de transações e operações desse mercado.

Diversos fatores estão relacionados à qualidade da divulgação financeira, tais como: sistema tributário, estrutura de propriedade, sistema político, estrutura de capital e desenvolvimento do mercado de capitais. Com isso, as consequências econômicas da mudança do sistema contábil podem variar entre os países (SODERSTROM, 2007).

Corroborando com a tendência mundial de convergência para as IFRS e tendencionando a acessibilidade ao mercado global de capitais por parte das empresas brasileiras, a comissão de valores mobiliários (CMV) aprovou em 13 de julho de 2007, a instrução nº 457 que torna obrigatória a adoção dessas normas para as companhias abertas brasileiras nas suas demonstrações contábeis consolidadas a partir do exercício social findo em 31 de dezembro de 2010, sendo seus pressupostos:

- 1) a convergência (torna as informações comparáveis);

- 2) a transparência e a confiabilidade;
- 3) a acessibilidade ao mercado global de capitais (CVM, 2008)

Assim, a tendência de convergência contábil mundial insere-se definitivamente no contexto brasileiro com a obrigatoriedade de adoção das IFRS para as companhias abertas listadas na CVM, tornando importante avaliar em quais aspectos as empresas brasileiras deverão centrar para o cumprimento dos requisitos da adoção das IFRS em 2010.

A Convergência às IFRS vai muito além dos números – é uma mudança cultural. Aproveitando essa dificuldade, que persiste apesar de o processo estar em curso há pelo menos dois anos, firmas de auditoria, contabilidade e consultoria têm apresentado as mais diversas soluções dirigidas a empresas às voltas com esse desafio. No começo do ano, a BDO e a Ernst&Young (E&Y) lançaram guias para elaboração das demonstrações contábeis neste ano, ambos disponíveis nas versões impressa, online e digital (CD).

Os CPC's trazem uma lista de difíceis interpretações, explicações, conseqüências e aplicações. O CPC 30, por exemplo, traz alterações na contabilização de receitas que devem impactar os balanços de empresas do setor de Telecom e software, cujas vendas quase sempre incluem a obrigação de prestar um serviço no futuro. Outros setores que terão a forma de prestar contas totalmente modificadas são os de energia, imobiliário, varejo e bens de consumo – cujos balanços, segundos CPC's, aumentam muito o grau de subjetividade e interpretação possível.

Com a adoção dessas normas a padronização entre nações passaram a serem vistas por igual, para Ernesto Rubens Gelbcke, com o CPC 27 e o ICPC 10 os usuários das demonstrações contábeis poderão ver com mais clareza os investimentos das empresas em seu ativo imobilizado, bem como as mudanças nele ocorridas.”A nova Contabilização deu uma oportunidade para que os balanços reflitam melhor a realidade das companhias. Permitiu que o cálculo de depreciação do ativo passe a levar em conta a sua vida útil. Antes a depreciação era realizada pelas taxas aceitas pela legislação fiscal”.

Gelbck conta que a taxa para depreciação costumava ser maior do que era de fato, o que implica em obtenção de vantagens fiscais, que conseqüentemente gera mais depreciação, menos lucro, menos IR a pagar. Diante desse fato, a principal vantagem da aplicação da norma internacional é ajustar o imobilizado ao valor correto de sua vida útil (CPC 27).

Uma das principais reações do mercado diante das mudanças do padrão contábil é a intensificação dos esforços de capacitação. Ainda não há uma base instalada de conhecimento para atender essas empresas que estão migrando para o IFRS. As universidades, de um modo geral, não davam até agora a devida atenção para as normas internacionais, mas agora elas estão sendo aplicadas no Brasil. Há uma lacuna de capacitação que pode estar causando alguns problemas imediatos, mas abre oportunidades para o desenvolvimento de um novo tipo de contador, mais próximo da gestão do negócio.

Do outro lado dos auditores, também aumentam as exigências e a CVM estabelece a necessidade de formação continuada dos profissionais, para garantir o apuro técnico da análise.

Percebe-se que o contador que não se converter para o novo mundo vai continuar fazendo a contabilidade só para fins fiscais, nessa nova fase da contabilidade a figura do contador entra em questões estratégicas. Com as Normas da IFRS a contabilidade toma como base os princípios e não mais as regras, onde freqüentemente se faz necessário o julgamento dos fatos para se chegar a uma conclusão.

Como regra geral, verifica-se que a orientação pelos princípios do IFRS reflete as identificações e incertezas dos negócios e das atividades econômicas e traz mais realismo aos balanços das empresas no Brasil.

2.2 Legislação Societária Brasileira

A lei que rege as S.A., a lei mãe, é a Lei 6.404/76 que ao longo dos anos sofreu modificações, trazidas pelas leis 11.638 e posteriormente pela lei 11.941, com o objetivo de atualizar as atuais regras contábeis brasileiras e aprimorar no quesito de harmonização com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), possibilitando mais transparência e competitividade às empresas brasileiras, diante de um mercado cada vez mais globalizado.

Está ocorrendo grandes mudanças no cenário internacional (nas empresas), e exige-se que elas passem a adotar um novo procedimento contábil harmônico com o mundo, para que a linguagem dos negócios possa ser entendida da mesma forma em todos os lugares. O Brasil precisa estar inserido neste contexto e com a Lei das Sociedades por Ações, juntamente com a CVM, a Contabilidade no Brasil dá passos concretos, atualizando as regras contábeis

brasileiras e adequando suas demonstrações e principalmente o Balanço Patrimonial ao cenário contábil internacional. Conclui-se que os impactos ocorridos no Balanço Patrimonial em razão das atualizações nas normas contábeis brasileiras é essencial, por razão da adequação do Brasil ao cenário contábil internacional.

3. ANÁLISE DE RESULTADOS

3.2 Desafios

O Brasil possui quase meio milhão de contabilistas registrados nos 27 Conselhos Regionais de Contabilidade (CFC, 2011). Para essa categoria de profissionais, a convergência das normas contábeis ao padrão IFRS, especialmente no caso das PMEs, significa uma ampla mudança no trabalho a ser executado.

Finalmente a transparência e a realidade das informações contábeis a realidade econômica e financeira aos olhos nu dos clientes.

Laís Pontes, contadora de uma organização contábil, afirma que o processo de adoção não será nada fácil.”Inserir mudanças em um ambiente empresarial nunca é fácil, principalmente quando se trata de uma inovação tão grande, porque o modelo IFRS traz não apenas novas regras, mas uma nova forma de pensar na contabilidade”. (RBC, Novembro/2010 nº 186 p. 15)

Diante desse desafio, ela recomenda que os profissionais pensem duas vezes antes de usar a “receita de bolo” que usavam antes e se questionem: “Será que, de fato, este procedimento representa a realidade de meu cliente? O contrato de leasing do cliente se enquadra como financeiro ou operacional ? Esta propriedade que meu cliente comprou é para investimento ou uso nas operações ?”.

Grandes desafios viram segundo relata à contadora, um deles “é buscar o entendimento do pequeno empresário, que com a adoção das novas normas deve fornecer mais informações ao seu contador. A relação cliente-contador deve ser intensificada”.

3.2 Oportunidades

Em relação às oportunidades que esse processo está trazendo para os escritórios de contabilidade, acredita-se que, por enquanto, são poucas, porque dificilmente as empresas de contabilidade conseguem repassar para seus clientes os custos decorrentes de novas exigências legais. De qual quer forma vê-se uma chance de que, os profissionais que se qualificarem, investirem nas atualizações, qualificando as informações enviadas para seus clientes. Eis a importância de divulgação, principalmente entre os empresários, em relação às novas exigências, para que os empresários possam avaliar a qualidade dos serviços recebidos.

O aumento do prestígio da classe contábil é a maior oportunidade que o processo em curso está trazendo aos contabilidades, uma vez que a implementação do padrão IFRS aumenta o grau de subjetividade na realização da contabilidade e, principalmente, promove a divisão da contabilidade para fins fiscais da contabilidade para fins gerenciais. A classe contábil acredita que essas mudanças farão com que os pequenos empresários brasileiros compreenderam melhor a importância da contabilidade em suas empresas como ferramenta gerencial, valorizando assim a classe contábil.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a adoção das IFRS, o Brasil insere-se, definitivamente, no contexto de uma contabilidade globalizada voltada, para os interesses dos usuários originados do mercado financeiro.

O objetivo do estudo é fazer uma análise sobre os desafios e as perspectivas para os profissionais contábeis em relação à adoção do Brasil às normas internacionais de contabilidade.

Para tanto, no intuito de atingir o objetivo proposto e os resultados encontrados no estudo, utilizou-se da método científico de pesquisa bibliográfica, documental e descritiva.

Percebe-se muitas resistências na adoção da escrituração contábil pelo cliente, na disponibilização de toda documentação até mesmo pelo desconhecimento, muitas vezes, por parte do empresário, o que ocasiona folha nas demonstrações transmitida para os clientes. Demonstrações, nas quais, gera incapacidade para os clientes lêem e interpretar os fatos.

A adoção às Normas Internacionais irá facilitar a visualização financeira das empresas, demonstrações mais transparentes e objetivas, valorizando assim a qualidade da informação e

conseqüentemente a figura do contador, contudo sabe-se que esse reconhecimento não será imediato.

Acredita-se que todas essas mudanças farão com que os pequenos e médios empresários brasileiros compreendam melhor a importância da contabilidade em suas empresas como ferramenta gerencial.

REFERÊNCIAS

BEUREN, Ilse Maria. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

IUDÍCIBUS, Sergio; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto. **Manual de Contabilidade das Sociedades por ações 6ª Ed.** São Paulo: Atlas, 2006.

SANTOS, Luis Paulo Guimarães et al. **Efeito da Lei 11.638/07 sobre o conservadorismo condicional das empresas listadas BM&FBOVESPA**. USP, São Paulo, v. 22, n. 56, p. 174-188, maio/jun./jul./ago. 2011.

OLIVEIRA, Valdiney Alves; LEMES, Sirlei. **Nível de convergência dos princípios contábeis brasileiros e norte-americanos às normas do IASB: uma contribuição para a adoção das IFRS por empresas brasileiras**. USP, São Paulo, v. 22, n. 56, p. 155-173, maio/jun./jul./ago. 2011.

Revista Brasileira de contabilidade. Ano XXXIX nº 186 – Novembro/Dezembro 2010, p. 7 – 23.

Razão Contábil. Ano 5 nº 60 – Abril 2009, p. 32 – 35.

Razão Contábil. Ano 6 nº 70 – Fevereiro 2010. p. 45.

Razão Contábil. Ano 7 nº 73 – Maio 2010. p.52 – 53.